



PREFEITURA DE ITAJAÍ  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI**

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001  
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47  
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



**PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2019**  
**Processo Administrativo nº 293/19/ADM**

O Instituto de Previdência de Itajaí, Autarquia Municipal constituída através da Lei Complementar nº13/2001, pessoa jurídica de direito público interno, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo Menor Preço, destinada ao recebimento de propostas para a contratação de empresa para o objeto abaixo especificado, em conformidade com as Leis nº 10.520, Lei Municipal 5.670 e Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações posteriores.

**1 - DO OBJETO –CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ**, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência anexo.

**VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 100.411,20(cem mil quatrocentos e onze reais e vinte centavos).**

**ABERTURA DOS ENVELOPES: 29 de março de 2019 às 14h00. ATENÇÃO:** As licitantes devem acompanhar nos sites do Instituto de Previdência de Itajaí e do Município de Itajaí, as possíveis alterações e esclarecimentos no Edital.

**1.1** - Os recursos para execução do contrato estão assegurados e previstos em conta específica do orçamento do Instituto de Previdência de Itajaí para o exercício 2019. Despesa 201.

**1.2** - Local e horário de expediente para retirada do Edital: Instituto de Previdência de Itajaí, sito a Av. Getúlio Vargas, 193, bairro Vila Operária, Itajaí – Santa Catarina, em horário de funcionamento desta Autarquia. Telefone: (47) 3405-6000.

**1.3** – O Edital completo e seus anexos estão disponíveis gratuitamente nos endereços eletrônicos: [www.ipi.itajai.sc.gov.br](http://www.ipi.itajai.sc.gov.br) e [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br), e também poderão ser retirados no Instituto de Previdência de Itajaí, no endereço citado no item 1.2.

**1.4** – Esclarecimentos sobre esta licitação e às condições para atendimento das obrigações a ela relativas serão prestados pela Diretoria Administrativa do Instituto de Previdência de Itajaí, mediante solicitação, por escrito, protocolada na recepção do Instituto de Previdência de Itajaí em até 02 (dois) dias úteis antes da data final marcada para a entrega dos envelopes, de segunda a sexta-feira, em horário de funcionamento desta Autarquia, na Av. Getúlio Vargas, 193, Vila Operária.

**1.5** - É vedada a participação no presente certame de pessoa física ou jurídica da qual seja sócio cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários e cargos assemelhados ou de servidor da Administração Pública direta e indireta investido em cargo comissionado, em exercício no âmbito do Município de Itajaí.

## **2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**2.1-** Só poderão participar deste Pregão Presencial, as empresas cujo estatuto ou contrato social contenha o objeto deste processo licitatório e que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, conforme estabelecido neste Edital e ainda:



PREFEITURA DE ITAJAÍ  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI**

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001  
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47  
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



**2.1.1-** Não estejam suspensas de licitar ou impedidas de contratar com a Administração Pública Municipal/ou por qualquer empresa pública;

**2.1.2-** Não estejam sofrendo processo de falência, concordata, concurso de credores, fusão, cisão, incorporação, dissolução, recuperação ou liquidação (judicial ou extrajudicial);

**2.1.3-** Não tenham sido declaradas inidôneas;

**2.1.4-** Não estejam reunidas em forma de consórcio.

### **3 – DA ENTREGA DOS ENVELOPES**

**3.1** – O envelope nº 01–**PROPOSTA** e o envelope nº 02–**HABILITAÇÃO** deverão ser entregues lacrados, na recepção do Instituto de Previdência de Itajaí, localizado a Av. Getúlio Vargas, 193, bairro Vila Operária, Itajaí-SC, contendo no anverso destes (respectivamente) os seguintes dizeres:

**a) ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA**

**RAZÃO SOCIAL:**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**TELEFONE:**

**E-MAIL:**

**PREGÃO Nº 002/2019**

**b) ENVELOPE Nº 2 – HABILITAÇÃO**

**RAZÃO SOCIAL:**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**TELEFONE:**

**E-MAIL:**

**PREGÃO Nº 002/2019**

**3.2** – Não será aceito, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatário, considerado aquele que apresentar os envelopes após o horário estabelecido para a entrega dos mesmos, comprovado por meio do sistema de protocolo do Instituto de Previdência de Itajaí;

Obs.: Caso o Instituto de Previdência de Itajaí não possa protocolar os envelopes no horário estabelecido e a licitante chegar até o horário, esta receberá uma senha, por ordem de chegada, até o horário para a entrega dos envelopes.

### **4 – DO CREDENCIAMENTO**

**4.1** – O representante da licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

**4.2** – Se a licitante se fizer representar pelo seu proprietário, deverá este apresentar documento que comprove tal condição;



**4.3** – Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente habilitado por meio de procuração, ou termo de credenciamento, podendo ser utilizado o modelo em anexo (**ANEXO III**), com apresentação do contrato social;

**4.4** – No ato de credenciamento, o representante da licitante deverá identificar-se mediante a apresentação, ao Pregoeiro, de sua Cédula de Identidade ou documento equivalente, para conferência dos dados com aqueles informados no documento de credenciamento;

**4.5** – Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante;

**4.6** – Somente poderá participar da fase de lances verbais e demais atos relativos a este pregão, o representante legal da licitante devidamente credenciado;

**4.7** – Serão desconsiderados os documentos de credenciamento insertos no envelope PROPOSTA e/ou HABILITAÇÃO;

**4.8** – Após o credenciamento, as licitantes deverão declarar, em formulário próprio distribuído pelo Pregoeiro, que estão em situação regular perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, a Seguridade Social, bem como atendem às exigências do Edital quanto à habilitação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira, conforme modelo em anexo (**ANEXO V**);

**Obs.:** A licitante que não se fizer representar na sessão pública do pregão deverá entregar o documento solicitado no subitem 4.8 em um terceiro envelope, contendo no anverso do mesmo: **ENVELOPE Nº 3 – declaração de que cumpre plenamente as condições de habilitação. O não atendimento deste quesito importará na não aceitação da proposta.**

**4.9 - CONDIÇÃO DIFERENCIADA:** Caso a licitante seja Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte e queira se beneficiar do tratamento assegurado pelos arts. 42 e 43, da Lei Complementar nº 123, de 14-12-2006, deverá apresentar no Credenciamento: para as empresas com registro na Junta Comercial do estado, o documento a ser apresentado é a “**Certidão Simplificada da Junta Comercial**”, expedida pelo Estado da sua sede. Para as empresas com registro em Cartório, a comprovação dar-se-á através de “**Declaração de Opção pelo Simples Nacional**” expedida através do portal do simples nacional – Receita Federal. Essa certidão/declaração deverá ter prazo de emissão de no máximo 60 (sessenta) dias. A não apresentação de algum destes documentos, impedirá a empresa de aproveitar o supracitado tratamento diferenciado.

## **5 – DA PROPOSTA**

**5.1** – No envelope lacrado nº 1 – **PROPOSTA** - deverá conter a proposta, emitida em 01 (uma) via, datilografada ou impressa, datada e assinada, preferencialmente rubricada e paginada em todas as suas folhas, além dos seguintes elementos necessários à sua elaboração:

I – Dados da empresa: Razão social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail;

II – Proposta: deverá ser cotado o **Preço Mensal total (já incluídos encargos)**, conforme termo de referência, apresentando também o **Valor Total para 12 meses**, com **apresentação de planilhas discriminativas de custos**, respeitando os pisos salariais e condições do sindicato da categoria;



III – Prazo de validade da proposta: mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega dos envelopes;

IV – Declaração de concordância com as exigências do Edital;

V – Propostas acima do valor estimado serão desclassificadas.

**5.2 – Quando o objeto licitado estiver enquadrado em algumas das vedações previstas no art. 17 da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2016, as proponentes MEs ou EPPs que forem optantes do Simples Nacional, deverão formular suas propostas já desconsiderando os benefícios tributários do regime a quem fazem jus.**

OBS: Pequenas falhas formais poderão ser resolvidas em sessão pelo Pregoeiro.

## **6 – DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

**6.1** – O envelope lacrado nº 2 – **HABILITAÇÃO** – deverá conter os documentos relacionados para habilitação, apresentados em 01 (uma) via autenticada, ou cópia com apresentação do original, preferencialmente rubricados e paginados em todas as folhas. Os originais poderão estar dentro ou fora do envelope.

**6.2** – Quanto às autenticações:

**6.2.1** – “Havendo mais de um documento reproduzido numa mesma folha, para cada documento procede-se à conferência com o original, portanto, a autenticação é individual, gerando a consequência de serem apostas tantas autenticações quantos forem os documentos reprografados”. (Provimento nº 12/92, item 8, da CGJ – Corregedoria-Geral da Justiça, deste Tribunal);

**6.2.2** – Quando o certificado/certidão for emitido por sistema eletrônico, poderá ser apresentado no original ou em fotocópia, mas sua aceitação fica condicionada à verificação da autenticidade pela Internet ou junto ao órgão emissor;

**6.3** – Documentos matriz/filial: Os documentos apresentados deverão estar em nome do licitante responsável pelo contrato/fornecimento com o número do CNPJ e endereço respectivo:

**6.3.1** – Se o licitante responsável pelo contrato/fornecimento for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

**6.3.2** – Se o licitante responsável pelo contrato/fornecimento for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

**6.4** – Prazo de validade dos documentos:

**6.4.1** – É imprescindível que os documentos estejam dentro do prazo de validade;

**6.4.2** – Os documentos que omitirem o prazo de validade serão considerados como válidos pelo período de 06 (seis) meses, em conformidade com os emitidos pela Fazenda Federal, pelo princípio da analogia, previsto no art. 4º da Lei de Introdução do Código Civil;

OBS: O disposto acima não é válido para a Certidão Simplificada da Junta Comercial, que terá sua validade conforme o estipulado no item 4.9.



PREFEITURA DE ITAJAÍ  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI**

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001  
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47  
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



**6.4.3** – A documentação exigida deverá ter validade, no mínimo, até a data prevista para o protocolo dos envelopes.

## **7 – DA HABILITAÇÃO**

O licitante deverá apresentar no envelope nº. 02 – “**HABILITAÇÃO**”, em 01 (uma) via os seguintes documentos:

### **7.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**I** - Registro comercial, no caso de empresa individual;

**II** - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**III** - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**IV** - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**V** – Declaração de que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n. 8666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser utilizado o modelo incluso (Anexo IV);

**VI** – Declaração de Idoneidade (Anexo VI);

#### **Obs:**

**1)** No que couber, os documentos referidos nos incisos I e II, poderão ser substituídos por “*Certidão Simplificada*” emitida pela Junta Comercial do Estado, da sede da empresa; Essa certidão deverá ter prazo de emissão de no máximo 60 (sessenta) dias;

**2)** Na apresentação do estatuto ou contrato social em vigor e última alteração, se houver, deverá constar além da denominação social, a identificação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com o objeto licitado;

**3)** A documentação solicitada nos incisos II e III deste subitem poderá ser substituída pelo Certificado de Registro no Cadastro Específico do Instituto de Previdência de Itajaí, correspondendo o ramo de atividade ao objeto licitado.

### **7.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

**I** - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**);

**II** - Prova de regularidade para com a Fazenda **Federal, Estadual e Municipal** da sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



PREFEITURA DE ITAJAÍ  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI**

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001  
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47  
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



**III** - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

**IV** - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (incluído pela Lei nº 12.440, de 2011). OBS: A obtenção da certidão é eletrônica e gratuita, e encontra-se disponível no site **www.tst.jus.br/certidao** e em todos os demais portais da Justiça do Trabalho disponíveis na internet (Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho).

### **7.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**a)** Certidão negativa de Falência ou Recuperação Judicial (Concordata), expedida pelo Distribuidor da sede da empresa licitante há, no máximo, 60 (sessenta) dias da data de apresentação das propostas, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

**b)** Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta;

**c)** Balanço Patrimonial e Demonstrativos Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, com Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial;

**d)** Declaração assinada por representante legal da empresa e contador, comprovando possuir os seguintes índices:

**I)** Índice de Liquidez Geral (LG) acima de 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} > 1,0$$

**II)** Índice de Liquidez Corrente (LC) acima de 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:

$$LC = \frac{AC}{PC} > 1,0$$

**III)** Índice de Solvência Geral (SG) acima de 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:

$$SG = \frac{AT}{PC + ELP} > 1,0$$

**IV)** Índice de Endividamento Geral (EG) menor ou igual a 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:

$$EG = \frac{PC + ELP}{AT} \leq 1,0$$

**Legendas:** Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), Solvência Geral (SG), Endividamento Geral (EG), Ativo Circulante (AC), Realizável a Longo Prazo (RLP), Passivo Circulante (PC), Exigível a Longo Prazo (ELP), Ativo Total (AT).



PREFEITURA DE ITAJAÍ  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI**

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001  
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47  
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



### **BALANÇO PATRIMONIAL**

1. Balanço patrimonial, acompanhado de notas explicativas e demonstrações contábeis do último exercício social, na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

2. As empresas sujeitas à apresentação de Escrituração Contábil Digital (ECD) nos termos do art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), poderão apresentar em documentos impressos extraídos do livro digital o Balanço Patrimonial a Demonstração de Resultado, os Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital e o Termo de Autenticação na Junta Comercial, todos emitidos pelo Programa Validador e Autenticador (PVA);

3. O Balanço Patrimonial das Sociedades Anônimas ou por ações deverá ser o publicado no Diário Oficial, dentro do prazo estabelecido na Lei nº 6.404/76 em seu art. 132;

4. O Balanço Patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito do “Livro Diário”, indicando-se as folhas do “Livro Diário”, assinadas pelo contador da empresa, acompanhado de seus respectivos termos de abertura e encerramento, estes devidamente assinados pelo contador e pelo representante legal da empresa. O Balanço e os termos deverão estar registrados na Junta Comercial ou Cartório de Títulos e documentos;

5. No caso de empresas constituídas recentemente, estas deverão apresentar o Balanço de Abertura devidamente registrado e as demonstrações contábeis referentes ao período compreendido do início das atividades até data próxima à abertura das propostas.

### **7.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

a) - Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, emitido por representante legal de pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a licitante realizou serviço pertinente e compatível com o objeto da presente licitação. Informações mínimas no Atestado: nome da pessoa jurídica que forneceu o referido documento, com identificação da pessoa/cargo que assinou o Atestado. Identificação do objeto, local e data. Entende-se por pertinente e compatível em característica, o Atestado que contemple os serviços de conservação, limpeza e higienização;

b) Comprovação de que a licitante cumpre e segue as normas de Segurança e Medicina do Trabalho, através da apresentação do Registro do SESMT – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, emitida pela DRT – Delegacia Regional do Trabalho – do Ministério do Trabalho, de acordo com o item 4.1 e do código 81.21-4 do Quadro I da NR4. Tendo como finalidade, promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador. Para as empresas que não se enquadram nas condições definidas na NR4, o documento é dispensado e nesse caso deverão apresentar declaração identificando a situação e citando os dispositivos legais pertinentes, acompanhada da CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do último mês de referência. Os documentos devem ser assinados pelo responsável da empresa, com carimbo, nome completo e assinatura.

### **7.5 INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

**7.5.1** – Os documentos necessários à habilitação do licitante deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório



PREFEITURA DE ITAJAÍ  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI**

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001  
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47  
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



competente ou por servidor do Instituto de Previdência de Itajaí mediante conferência da cópia com o original ou publicação em órgão de imprensa oficial;

**7.5.1.1** – As cópias de certidões de regularidade emitidas via Internet não precisam ser autenticadas. As referidas certidões terão sua validade confirmada pela mesma via pelo Pregoeiro e equipe de apoio;

**7.5.1.2** – Os documentos que forem apresentados em original não serão devolvidos, e passarão a fazer parte integrante do processo licitatório;

**7.5.2** – O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento, ou ainda diligenciar junto às repartições sobre a validade das certidões apresentadas;

**7.5.3** – A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará na inabilitação do licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

**7.5.4** – Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial;

**7.5.5** – Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

## **8 – DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E JULGAMENTO**

**8.1** – No dia, hora e local designados, neste Edital, serão recebidos os envelopes Proposta e Habilitação, devidamente lacrados, que serão protocolados;

**8.2** – No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro declarará aberta a Sessão e anunciará as empresas que apresentaram envelopes;

**8.3** – Em seguida o Pregoeiro passará ao credenciamento das licitantes, nos termos do item 4 – Do Credenciamento, devendo providenciar a assinatura das licitantes credenciados na declaração de que cumprem as condições de habilitação, subitem 4.8 deste Edital e após, encaminhará os envelopes distintos, as licitantes credenciados para conferência dos lacres e protocolos;

**8.4** – Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis;

**8.5** – A desclassificação da proposta da licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais;

**8.6** – Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, ressalvados apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros formais:

**a)** Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação;



PREFEITURA DE ITAJAÍ  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI**

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001  
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47  
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



**b)** Falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à Sessão do Pregão;

**c)** Falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados no envelope nº 2 – Habilitação;

**d)** O item relativo a dados bancários da licitante, não gerarão a sua desclassificação, pois poderão ser preenchidos para a assinatura do contrato;

**e)** As condições da proposta, estabelecidas nos incisos III a VII, do subitem 5.1, item 5 – Da proposta, poderão ser substituídos por uma expressão que manifeste a concordância com os termos do Edital e anexos;

**8.7** – As propostas serão encaminhadas aos credenciados, para rubrica e conferência;

**8.8** – Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;

**8.9** – No curso da Sessão, dentre as propostas classificadas, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;

**8.10** – Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 8.9, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

**8.11** - A oferta dos lances deverá ser efetuada considerando o **PREÇO MENSAL** (já incluídos encargos), no momento em que for conferida a palavra a licitante, na ordem decrescente dos preços;

**8.12** – É vedada a oferta de lance com vista ao empate;

**8.13** – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas;

**8.14** – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances;

**8.15** – Encerrada a etapa competitiva de lances e ordenadas às ofertas de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade do melhor preço ofertado, comparando-os com os preços estimados pela Administração ou com os preços praticados no mercado;

**8.16** – Considera-se preço excessivo, para os fins de avaliação da aceitabilidade do preço proposto, aquele que estiver acima do valor estimado pela administração para aquisição do objeto ou do preço praticado no mercado, aferindo-se este através do custo médio constante da Planilha de Custos efetuada pela Administração, devidamente atualizado até a data da abertura do envelope "Proposta", utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião;

**8.17** – Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de "habilitação" da licitante que apresentou a melhor



PREFEITURA DE ITAJAÍ  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI**

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001  
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47  
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 – Da Apresentação dos documentos para Habilitação e item nº 7 – Da Habilitação, deste Edital;

**8.18** – Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vista a obter preço melhor;

**8.19** – Obtido preço aceitável em decorrência da negociação, proceder-se-á na forma do disposto no subitem 8.18;

**8.20** – Frustrada a negociação, o Pregoeiro desclassificará a proposta e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora;

**8.21**– Serão inabilitadas as licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no item 6 – Da Apresentação dos documentos para Habilitação e item 7 – Da Habilitação, deste Edital;

**8.22** – Quando todos as licitantes forem inabilitados, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos, escoimados as causas referidas no ato inabilitatório;

**8.23** – O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes nº 2 – Habilitação apresentados pelas demais licitantes, até a entrega definitiva do objeto licitado. Após, inutilizará os mesmos;

**8.24** – Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro e por todas as licitantes presentes.

## **9 – DA ADJUDICAÇÃO**

**9.1** – No julgamento das propostas, será considerada vencedora a de **MENOR PREÇO MENSAL (inclusos encargos)** desde que atendidas as de habilitação e especificações constantes deste Edital;

**9.2** – O objeto deste processo será adjudicado a licitante cuja proposta for considerada vencedora;

**9.3** – Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação das licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado e posteriormente, submeterá a homologação do processo a Diretora Presidente do Instituto de Previdência de Itajaí;

**9.4** – No caso de interposição de recursos, depois de proferida a decisão quanto ao mesmo, será o resultado da licitação submetido Diretora Presidente do Instituto de Previdência de Itajaí para os procedimentos de adjudicação e homologação;

## **10 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**10.1** – Os recursos e contra-razões de recurso serão dirigidos a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência de Itajaí, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar a sua decisão;



PREFEITURA DE ITAJAÍ  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI**

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001  
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47  
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



**10.2** – Os recursos e contra-razões a recursos, assim como eventual impugnação do Edital, deverão ser apresentados e protocolados na recepção do Instituto de Previdência de Itajaí, situada à Av. Getúlio Vargas, 193 – Vila Operária, Município de Itajaí/SC, em dias úteis, no horário de funcionamento desta Autarquia, o qual deverá receber, examinar e submetê-lo à Autoridade competente que decidirá sobre a pertinência.

## **11 – DO CONTRATO**

**11.1** – Com a licitante vencedora será celebrado Termo de Contrato, com prazo de **12 (doze) meses**, nos moldes da minuta do **ANEXO VII** deste Edital e será regido pelas normas da Lei nº 8.666/93, podendo ser prorrogado na forma da lei;

**11.2** – Após a adjudicação e homologação do processo, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato, através de telefone, correio ou e-mail. Após a convocação, a licitante vencedora terá o prazo de 03 (três) dias para assinar o termo contratual. No caso de não atendimento à convocação no prazo estipulado neste Edital, a Administração convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, em igual nas mesmas condições do primeiro, inclusive quanto aos preços atualizados;

**11.3** – As alterações de contrato somente poderão ocorrer, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

**11.3.1**– Unilateralmente pelo Instituto de Previdência de Itajaí:

**a)** Quando houver modificação dos serviços ou especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

**b)** Quando necessária a modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

**11.3.2** – Por acordo entre as partes:

**a)** Quando necessária à modificação na forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;

**b)** Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da licitante vencedora e a retribuição do Instituto de Previdência de Itajaí para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

**11.4** – A licitante vencedora fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na prestação dos serviços, em conformidade com o Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 tendo como base o valor inicial do contrato;

**11.5** – Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do instrumento contratual, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso;

**11.6** – Em havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da licitante vencedora, o Instituto de Previdência de Itajaí deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial;

**11.7** – O instrumento contratual poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei 8.666/93, e alterações posteriores;



**11.8** – A licitante vencedora se obriga a manter as condições de habilitação apresentadas na licitação, durante a execução do contrato;

**11.9** – Os preços do contrato serão reajustados anualmente, na data de seu aniversário pela variação do IPCA do IBGE.

## **12 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**12.1** – O pagamento pela prestação do serviço realizado será efetuado até o décimo quinto (15º) dia do mês subsequente ao do serviço executado, sendo o primeiro pagamento proporcional ao início do serviço;

**12.2** – O Instituto de Previdência de Itajaí isenta-se do pagamento de correções monetárias nos casos em que a licitante vencedora não cumprir com suas obrigações sociais;

**12.3** – Os pagamentos serão suspensos no caso de descumprimento das cláusulas contratuais, ficando a licitante vencedora sujeita às sanções administrativas de acordo com a legislação vigente;

**12.4** – Não haverá sob nenhuma hipótese pagamento antecipado;

**12.5** -A licitante vencedora deverá apresentar documentação de cobrança, obrigatoriamente no Instituto de Previdência de Itajaí, com o valor expresso em moeda corrente nacional, mediante a emissão de Nota Fiscal, observadas as exigências da legislação tributária;

**12.6** – A licitante vencedora deverá indicar, no documento de cobrança, o número do contrato, com a respectiva data de assinatura, o mês de referência, para efeito de mensuração dos valores a serem pagos, o valor da parcela correspondente e a data de vencimento;

**12.7** - Os pagamentos serão suspensos caso a licitante vencedora não esteja em dia com suas obrigações sociais e ou caso não cumpra as condições contratuais;

**12.8** - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto houver pendências de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

**12.9** – Em caso de pagamento após o vencimento ou não pagamento de qualquer valor devido pelo Instituto de Previdência de Itajaí à licitante vencedora em virtude do instrumento contratual, sobre o valor pendente incidirá correção monetária pelo índice IPCA ou, em caso de extinção, pelo outro índice que venha a substituí-lo.

## **13 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1** – A inexecução total ou parcial do contrato terá procedimentos e consequências, na forma estabelecida na Seção V - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos - Capítulo III, da Lei n.º 8.666/93;

**13.2** – O instrumento contratual poderá sofrer alterações na forma estabelecida na Seção III - Da Alteração dos Contratos - Capítulo III, da Lei n.º 8.666/93;



PREFEITURA DE ITAJAÍ  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI**

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001  
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47  
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



**13.3** – O atraso injustificado na execução do contrato, assim como a sua inexecução total ou parcial, sujeitará a licitante vencedora às sanções administrativas na forma prevista na Seção II - Das Sanções Administrativas - Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/93, ficando desde já estabelecidas as multas previstas no edital;

**13.4** – O Instituto de Previdência de Itajaí poderá aplicar à licitante vencedora, ainda, as seguintes penalidades previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, em caso de inexecução total ou parcial do objeto ou contrato:

**13.4.1**– Advertência;

**13.4.2** – Multa de 0,5 % (cinco décimos por cento) do valor da proposta, para cada dia ou fração de atraso da prestação dos serviços;

**13.4.3** – Multa de 10% (dez por cento) do valor remanescente em caso de desistência da prestação dos serviços;

**13.5** – Sem prejuízo das sanções previstas no Art. 87, da Lei n.º 8.666/93, a licitante vencedora ficará sujeita às seguintes penalidades:

**13.5.1** – 10% (dez por cento) do valor do contrato atualizado pela prestação de serviços desconforme com o especificado e aceito;

**13.5.2** – 1,0 % (um por cento) do valor do contrato atualizado pela não substituição dos serviços recusados por este, no prazo estipulado, até o limite de 10% (dez por cento);

**13.5.3** – 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor total da proposta limitado a 10% (dez por cento) do valor contratual atualizado, pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste contrato;

**13.5.4** – Sem prejuízo das sanções disposta nos itens anteriores desta mesma cláusula, a recusa, injustificada ou cuja justificativa não seja aceita pela licitante vencedora, em retirar a Nota de Empenho de Despesa será interpretada como ruptura de contrato e sujeitará a licitante vencedora ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

**13.5.5** – A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos. As multas referidas nesta cláusula serão deduzidas por ocasião do pagamento da nota fiscal respectiva;

**13.6** – As pessoas físicas e jurídicas, bem como seus diretores, sócios gerentes e controladores declarados impedidos de licitar e contratar com a administração pública municipal, serão incluídas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar, nos termos da Lei Municipal 5.670 de 20 de dezembro de 2010;

**13.7** – As partes declaram conhecer as normas de prevenção a corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas a lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e seus regulamentos (Decreto Municipal nº 11.063/2017), se comprometem por si e seus sócios, administradores, gestores, prepostos, empregados e colaboradores, inclusive exigir de terceiros contratados, no exercício e durante a vigência do contrato firmado com o Instituto de Previdência de Itajaí, para a adoção de práticas probas e de anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de fraude, práticas ilícitas, corrupção, enriquecimento ilícito, lavagem de dinheiro, bem como práticas



PREFEITURA DE ITAJAÍ  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI**

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001  
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47  
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



antiéticas listadas em lei, como a de não dar, oferecer, prometer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer pessoas, empresas e/ou entidades privadas com o objetivo de obtenção de vantagem indevida, fraudulenta e irregular, manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

**13.8** – O instrumento contratual poderá ser alterado:

**13.8.1**– Unilateralmente pelo Instituto de Previdência de Itajaí:

**a)** - Quando houver modificação dos serviços ou suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

**b)** - Quando necessária a modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

**13.8.2** – Por acordo das partes:

**a)** - Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;

**b)** - Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da licitante vencedora e a retribuição do Instituto de Previdência de Itajaí para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato;

**13.9** – A licitante vencedora fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na prestação dos serviços, em conformidade com o Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 tendo como base o valor inicial do contrato;

**13.10** – Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do instrumento contratual, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso;

**13.11** – Em havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da licitante vencedora, o Instituto de Previdência de Itajaí deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial;

**13.12** – O instrumento contratual poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei 8.666/93, e alterações posteriores;

**13.13** – Caso a licitante vencedora se recuse a fornecer o objeto desta licitação e a atender ao disposto no Termo de Referência, aplicar-se-á o previsto no art. 4º, inciso XVI, da Lei Federal nº 10.520/2002, devendo as licitantes remanescentes ser convocadas na ordem de classificação de suas propostas na etapa de lances.

#### **14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**14.1** – Nenhuma indenização será devida as licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente processo;

**14.2** – O objeto deste processo poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei n. 8.666/1993;



PREFEITURA DE ITAJAÍ  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI**

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001  
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47  
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



**14.3** – A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulado no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

**14.4** - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso;

**14.5** – Recomendam-se as licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, para a entrega dos envelopes e Sessão Pública do Pregão com antecedência de pelo menos 15 (quinze) minutos do horário previsto;

**14.6** – É fundamental a presença da licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer;

**14.7** – O Instituto de Previdência de Itajaí reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões e utilizar este meio como prova;

**14.8** – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

**14.9** – Todos os atos inerentes a este processo licitatório serão publicados no Diário Oficial do Município de Itajaí e no site do Instituto de Previdência de Itajaí;

**14.10** - Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes em legislação vigente.

## **15 – ANEXOS**

**ANEXO I** – Termo de Referência;

**ANEXO II** – Modelo de Proposta;

**ANEXO III** – Modelo de Credenciamento;

**ANEXO IV** – Declaração que atende o inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93;

**ANEXO V** – Declaração de Regularidade Fiscal;

**ANEXO VI** – Declaração de Idoneidade;

**ANEXO VII** – Minuta do Contrato.

**Itajaí, 15 de março de 2019**

**MARIA ELISABETH BITTENCOURT**  
Diretora Presidente



**ANEXO I**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2019**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ**, sem o fornecimento de material e equipamentos de limpeza, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**2. DAS JUSTIFICATIVAS**

Visando atender as necessidades do Instituto de Previdência de Itajaí, em relação aos serviços de conservação, limpeza e higienização, dentre as alternativas encontradas para atingir esse objetivo, a terceirização dos serviços elencados é a que apresenta melhor economicidade para a Administração. A contratação dos serviços supramencionados evitará despesas com pessoal e encargos sociais, além de proporcionar maior qualidade e eficiência e execução dos serviços a serem contratados, necessitando de:

**02 Serventes de limpeza** (08 horas por dia, cinco dias por semana)

**3. DA ADJUDICAÇÃO E VALOR DE REFERÊNCIA**

A adjudicação dar-se-á pelo menor valor mensal total. O valor mensal total estimado da Licitação é de **R\$ 8.367,60(oito mil trezentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos)**, totalizando para os 12 meses o valor global de **R\$ 100.411,20(cem mil quatrocentos e onze reais e vinte centavos)**

**4. ESPECIFICAÇÕES/QUANTIDADES**

QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO MENSAL	TOTAL ANUAL
12	Mês	Prestação de serviços de conservação, limpeza e higienização do Instituto de Previdência de Itajaí, sem o fornecimento de materiais e equipamentos de limpeza, sendo <b>02 (dois) postos de trabalho 08 (oito) horas por dia, 05 (cinco) dias por semana.</b>	<b>R\$ 8.367,60</b>	<b>R\$100.411,20</b>

OBS.: A Planilha de referência encontra-se em anexo, na pasta compactada disponível nos sites do Instituto de Previdência de Itajaí e do Município de Itajaí, junto ao Edital Pregão nº002/2019



## **5. DESCRIÇÃO**

Os profissionais que executarão os serviços contínuos de serventes de limpeza terão as atribuições, inerentes ao seu ofício, conforme descrição abaixo:

**5.1 SERVENTE DE LIMPEZA:** Conservar a limpeza de locais, por meio de coleta de lixo, varrições, lavagens, lavar vidros de janelas, limpar recintos e acessórios. Executar trabalhos rotineiros de limpeza em geral, espanando móveis, utensílios e equipamentos, para manter as condições de higiene e limpeza. Arrumar banheiros, toaletes, limpando-os para conservá-los em condições de uso. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

## **6. DO PESSOAL A SER EMPREGADO NO SERVIÇO E DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

6.1 Os funcionários da Licitante Vencedora, por ela recrutada em seu nome e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade e designado para a execução dos serviços, deverá atender, dentre outros, os seguintes requisitos mínimos:

- a) Possuir qualificação para o exercício das atividades que lhe foram confiadas;
- b) Ser pontual e assíduo ao trabalho;
- c) Possuir bons princípios de urbanidade e apresentar-se sempre com uniforme compatível ao serviço a ser desempenhado;

6.2 Os serviços de conservação, limpeza e higienização serão executados nas áreas de uso do Instituto de Previdência de Itajaí.

6.2.1 Consideram-se áreas de uso do Instituto de Previdência de Itajaí as salas utilizadas diariamente pelos servidores desta Autarquia, bem como corredores, cozinha e banheiros de uso comum.

## **7. DOS HORÁRIOS DE TRABALHO E DOS PRAZOS**

7.1 Os serviços deverão ser executados conforme horário de funcionamento do Instituto de Previdência de Itajaí.

7.2 Os trabalhos deverão ser iniciados até o quinto dia da data de assinatura do contrato, conforme mencionado no presente Termo de Referência.

7.3 O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação na forma da lei, até o limite de 60 (sessenta) meses, art.57, inciso IV da Lei 8.666/93, nos termos da Lei e no interesse da Administração Pública.

## **8. OBRIGAÇÕES DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ**

Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8666/93, são obrigações do Instituto de Previdência de Itajaí:

- 8.1 Informar a licitante vencedora quais os procedimentos para execução dos serviços;
- 8.2 Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços e métodos utilizados na execução dos serviços;



8.3 Prestar as informações e esclarecimentos necessários ao desenvolvimento do objeto contratado;

8.4 Relacionar-se com a licitante vencedora, por meio de pessoa por ela formalmente indicada;

8.5 Assegurar o acesso dos colaboradores da licitante vencedora aos locais onde devam executar suas atividades;

8.6 Exercer a fiscalização dos serviços contratados;

8.7 Recusar qualquer profissional apresentado pela licitante vencedora que não preencha as condições exigidas e necessárias para o bom desempenho do serviço;

8.8 Manter na área fiscalizadora do contrato, registros próprios relacionados à execução dos serviços;

8.9 Realizar reuniões com a licitante vencedora visando aperfeiçoar a prestação dos serviços;

8.10 Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do contrato, podendo aplicar as penalidades previstas na legislação vigente;

8.11 Atestar o recebimento do objeto contratual por meio do Fiscal competente;

8.12 Será nomeado fiscal do contrato, que será responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado, devendo fazer anotações e registro de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas e defeitos observados para o fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas e atestar o recebimento do objeto.

8.13 Notificar a licitante vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

8.14 Proporcionar à licitante vencedora todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do contrato firmado.

## **9. OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA**

Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8666/93, são obrigações da licitante vencedora.

9.1 A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, obedecer na íntegra aos critérios e especificações contidas no anexo I do Edital Pregão Presencial nº 002/2019;

9.2 Responder por todas as despesas referentes às obrigações trabalhistas, previdenciárias, físicas, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, saúde, transporte, uniformes ou outros benefícios de qualquer natureza decorrentes da relação de emprego ou de trabalho, do pessoal que for designado para a execução dos serviços contratados;

9.3 Manter os seus colaboradores sujeitos às normas disciplinares do Instituto de Previdência de Itajaí, quando estiverem prestando serviços nas instalações deste, porém sem qualquer vínculo empregatício com o mesmo;



**PREFEITURA DE ITAJAÍ**  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI**

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001  
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47  
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



9.4 Respeitar o horário de expediente do Instituto de Previdência de Itajaí, suas normas e procedimentos de controle e acesso às suas dependências;

9.5 Manter seus colaboradores devidamente uniformizados, quando em trabalho no Instituto de Previdência de Itajaí, substituir quando exigido pelo Instituto de Previdência de Itajaí, qualquer colaborador cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatória a sua disciplina, até 24 (vinte e quatro) horas da notificação;

9.6 Responder pelos danos causados diretamente ao Instituto de Previdência de Itajaí ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o ao acompanhamento pelo Instituto de Previdência de Itajaí;

9.7 Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do Instituto de Previdência de Itajaí, quando esses tenham sido ocasionados por seus colaboradores durante a prestação dos serviços;

9.8 Arcar com despesas decorrentes de quaisquer infrações, seja ela qual for, desde que praticada por seus funcionários no recinto do Instituto de Previdência de Itajaí;

9.9 Zelar pela perfeita execução do contrato, devendo as falhas que por ventura venham a ocorrer serem sanadas com agilidade, a fim de que não tragam prejuízos ao Instituto de Previdência de Itajaí;

9.10 Fornecer, na forma solicitada, demonstrativo das falhas ocorridas;

9.11 Comunicar ao Instituto de Previdência de Itajaí qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

9.12 Manter em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de licitação durante toda a execução do contrato;

9.13 Entregar o objeto deste contrato nas mesmas condições de garantia, preço e prazo ofertados na proposta apresentada;

9.14 Apresentar a Nota Fiscal referente ao produto/serviço fornecido, ao fiscal do contrato;

9.15 Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento prévio e por escrito do Instituto de Previdência de Itajaí;

9.16 Não utilizar o nome do Instituto de Previdência de Itajaí, ou sua qualidade de licitante vencedora, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sob pena de rescisão de contrato;

9.17 Não oferecer o contrato em garantia de operações de crédito bancário;

9.18 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência do Instituto de Previdência de Itajaí;

9.19 Assumir inteira e total responsabilidade por todos os custos e despesas referentes aos serviços fornecidos, incluindo todo e qualquer tributo, bem como por todas as eventuais



PREFEITURA DE ITAJAÍ  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI**

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001  
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47  
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



obrigações, encargos de natureza trabalhista, tributária, previdenciária, social, acidentária, securitária, e demais despesas e obrigações que direta ou indiretamente decorram da execução do objeto desta licitação;

9.20 Não transferir a outrem, a qualquer título, no todo ou em parte, a execução do objeto da presente licitação;

9.21 A licitante vencedora se obriga a prestar os serviços de acordo com as especificações e dentro do prazo estipulado pelo Instituto de Previdência de Itajaí;

9.22 Refazer os serviços, quando verificado e notificado pela fiscalização do Instituto de Previdência de Itajaí qualquer vício na sua prestação que lhe diminua a eficácia;

9.23 Manter sempre em serviço um supervisor credenciado e preparado para responder prontamente pela licitante vencedora junto ao Instituto de Previdência de Itajaí;

9.24 Fornecer nota fiscal ou documento equivalente dos serviços prestados;

9.25 Responsabilizar-se, civil, administrativa e criminalmente, por todos os atos de seus profissionais e prepostos;

9.26 Respeitar o piso salarial e condições estabelecidas em acordo coletivo da categoria, estipulado pelo Sindicato correspondente;

9.27 Prestar os serviços por meio de mão de obra especializada e devidamente qualificada, de acordo com a legislação em vigor, necessária e indispensável à execução dos serviços contratados;

9.28 A licitante vencedora obriga-se a executar os serviços mencionados contratados, segundo as normas técnicas adequadas, fornecendo os equipamentos, mão de obra e demais elementos necessários a sua perfeita execução.

## **10. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

10.1 O Instituto de Previdência de Itajaí deverá exercer fiscalização permanente sobre os serviços da licitante vencedora, objetivando:

a) Proceder eventuais substituições de seus empregados, dando ciência prévia ao executor do instrumento contratual;

b) Manter elevado padrão de qualidade dos serviços prestados;

c) Manter permanente contato com a fiscalização da licitante vencedora, para solução de eventuais problemas;

10.2 Os serviços contratados serão acompanhados e fiscalizados pela Instituto de Previdência de Itajaí, através do(a) fiscal designado(a);

10.3 Se, por qualquer razão, a licitante vencedora não acatar qualquer laudo ou parecer do responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa à discordância;

10.4 A perícia a que se refere ao item anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais obrigatoriamente indicado pelo Instituto de Previdência de Itajaí.



## **11. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

11.1 As alterações de contrato somente poderão ocorrer, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

11.1.1 Unilateralmente pelo Instituto de Previdência de Itajaí:

- a) Quando houver modificação dos serviços ou especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

11.1.2 Por acordo entre as partes:

- a) Quando necessária à modificação na forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- b) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da licitante vencedora e a retribuição do Instituto de Previdência de Itajaí para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

11.3 A licitante vencedora fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na prestação dos serviços, em conformidade com o Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 tendo como base o valor inicial do contrato.

11.4 Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do instrumento contratual, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

11.5 Em havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da licitante vencedora, o Instituto de Previdência de Itajaí deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

11.6 O instrumento contratual poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei 8.666/93, e alterações posteriores. A falta de cumprimento das obrigações patronais por parte da licitante vencedora sujeitará à rescisão sumária do contrato.

11.7 A licitante vencedora se obriga a manter as condições de habilitação apresentadas na licitação, durante a execução do contrato.

11.8 Os preços do contrato serão reajustados anualmente, na data de seu aniversário pela variação do IPCA do IBGE.

## **12. FORMA DE PAGAMENTO**



PREFEITURA DE ITAJAÍ  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI**

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001  
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47  
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



12.1 O pagamento pela prestação do serviço realizado será efetuado até o décimo quinto (15º) dia do mês subsequente ao do serviço executado, sendo o primeiro pagamento proporcional ao início do serviço.

12.2 O Instituto de Previdência de Itajaí isenta-se do pagamento de correções monetárias nos casos em que a licitante vencedora não cumprir com suas obrigações sociais.

12.3 Os pagamentos serão suspensos no caso de descumprimento das cláusulas contratuais, ficando a licitante vencedora sujeita às sanções administrativas de acordo com a legislação vigente.

12.4 Não haverá sob nenhuma hipótese pagamento antecipado.

12.5 A licitante vencedora deverá apresentar documentação de cobrança, obrigatoriamente no Instituto de Previdência de Itajaí, com o valor expresso em moeda corrente nacional, mediante a emissão de Nota Fiscal, observada as exigências da legislação tributária.

12.6 A licitante vencedora deverá indicar, no documento de cobrança, o número do contrato, com a respectiva data de assinatura, o mês de referência, para efeito de mensuração dos valores a serem pagos, o valor da parcela correspondente e a data de vencimento.

12.7 Os pagamentos serão suspensos caso e a licitante vencedora não esteja em dia com suas obrigações sociais e ou caso não cumpra as condições contratuais.

12.8 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto houver pendências de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

12.9 Em caso de pagamento após o vencimento ou não pagamento de qualquer valor devido pelo Instituto de Previdência de Itajaí à licitante vencedora em virtude do instrumento contratual, sobre o valor pendente incidirá correção monetária pelo índice IPCA ou, em caso de extinção, pelo outro índice que venha a substituí-lo.

### **13. DA REVISÃO DOS VALORES DO CONTRATO**

13.1 – Com a licitante vencedora será celebrado Termo de Contrato, com prazo de **12 (doze) meses**, nos moldes da minuta do **ANEXO VII** do presente Edital e será regido pelas normas da Lei nº 8.666/93, podendo ser prorrogado na forma da lei

### **14. DA INEXECUÇÃO, ALTERAÇÃO CONTRATUAL E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1 A inexecução total ou parcial do contrato terá procedimentos e consequências, na forma estabelecida na Seção V - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos - Capítulo III, da Lei n.º 8.666/93.

14.2 O instrumento contratual poderá sofrer alterações na forma estabelecida na Seção III - Da Alteração dos Contratos - Capítulo III, da Lei n.º 8.666/93.

14.3 O atraso injustificado na execução do contrato, assim como a sua inexecução total ou parcial, sujeitará a licitante vencedora às sanções administrativas na forma prevista na Seção II - Das Sanções Administrativas - Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/93, ficando desde já estabelecidas as multas previstas no edital.



**PREFEITURA DE ITAJAÍ**  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI**

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001  
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47  
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



14.4 O Instituto de Previdência de Itajaí poderá aplicar à licitante vencedora, ainda, as seguintes penalidades previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, em caso de inexecução total ou parcial do objeto ou contrato:

14.4.1 Advertência;

14.4.2 Multa de 0,5 % (cinco décimos por cento) do valor da proposta, para cada dia ou fração de atraso da prestação dos serviços;

14.4.3 Multa de 10% (dez por cento) do valor remanescente em caso de desistência da prestação dos serviços;

14.5 Sem prejuízo das sanções previstas no Art. 87, da Lei n.º 8.666/93, a licitante vencedora ficará sujeita às seguintes penalidades:

14.5.1 10% (dez por cento) do valor do contrato atualizado pela prestação de serviços desconforme com o especificado e aceito;

14.5.2 1,0 % (um por cento) do valor do contrato atualizado pela não substituição dos serviços recusados por este, no prazo estipulado, até o limite de 10% (dez por cento);

14.5.3 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor total da proposta limitado a 10% (dez por cento) do valor contratual atualizado, pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste contrato.

14.5.4 Sem prejuízo das sanções disposta nos itens anteriores desta mesma cláusula, a recusa, injustificada ou cuja justificativa não seja aceita pela licitante vencedora, em retirar a Nota de Empenho de Despesa será interpretada como ruptura de contrato e sujeitará a licitante vencedora ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

14.5.5 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos. As multas referidas nesta cláusula serão deduzidas por ocasião do pagamento da nota fiscal respectiva.

14.6 As pessoas físicas e jurídicas, bem como seus diretores, sócios gerentes e controladores declarados impedidos de licitar e contratar com a administração pública municipal, serão incluídas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar, nos termos da Lei Municipal 5.670 de 20 de dezembro de 2010.

14.7 As partes declaram conhecer as normas de prevenção a corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas a lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e seus regulamentos (Decreto Municipal nº 11.063/2017), se comprometem por si e seus sócios, administradores, gestores, prepostos, empregados e colaboradores, inclusive exigir de terceiros contratados, no exercício e durante a vigência do contrato firmado com o Instituto de Previdência de Itajaí, para a adoção de práticas probas e de anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de fraude, práticas ilícitas, corrupção, enriquecimento ilícito, lavagem de dinheiro, bem como práticas antiéticas listadas em lei, como a de não dar, oferecer, prometer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer pessoas, empresas e/ou entidades privadas com o objetivo de obtenção de vantagem indevida, fraudulenta e irregular, manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente.



**15. DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização dos serviços ficará a cargo da Servidora Clarice Fátima Juliani.

**16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

201-28.28028.4.122.1.2.192.0.339000



**ANEXO II**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2019**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

NOME/RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

CIDADE: \_\_\_\_\_

ESTADO: \_\_\_\_\_

FONE: \_\_\_\_\_

CPF/CNPJ/RG: \_\_\_\_\_

RG/INSCRIÇÃO ESTADUAL: \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_

A presente proposta tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO PARA INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ, de acordo com as especificações e quantitativos estimados**

QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	TOTAL ANUAL
12	Mês	Prestação de serviços de conservação, limpeza e higienização do Instituto de Previdência de Itajaí, <i>sem o fornecimento de materiais e equipamentos de limpeza</i> , sendo <b>02 (dois) postos de trabalho 08 (oito) horas por dia</b> , 05 (cinco) dias por semana.		

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias consecutivos.
- Declaramos que estamos de acordo com todas as exigências do Edital.

\_\_\_\_\_  
Nome completo e assinatura do responsável (representante legal) e carimbo da empresa

LOCAL/DATA



**ANEXO III**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2019**

**MODELO – CREDENCIAMENTO**

**(A SER APRESENTADO FORA DOS DEMAIS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO)**

Por este instrumento solicitamos o credenciamento da empresa ..... para participar da licitação acima referenciada, neste ..... evento ..... representada ..... por (nome/identidade/CPF)..... e procuração anexa, na qualidade de **REPRESENTANTE LEGAL**, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da outorgante, visando formular propostas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interposição de recurso, renunciar ao direito de interpor recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local/Data

---

Carimbo e Assinatura

OBS.: Documentos a serem apresentados:

- a) em caso de firma individual, o registro comercial;
- b) nos demais casos, o ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor);
- c) em se tratando de pessoa física, a apresentação da cédula de identidade.



**ANEXO IV**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2019**

**DECLARAÇÃO QUE ATENDE O INCISO V DO ART. 27, DA LEI 8.666/93.**

\_\_\_\_\_, (nome da empresa), com sede na  
\_\_\_\_\_(endereço da empresa), CNPJ  
\_\_\_\_\_, por seu representante legal infra-assinado, em atenção  
ao inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro  
de 1999, declara, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida no art.  
7º, inciso XXXIII, da Constituição da República, ou seja, de que não possui em seu quadro  
de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso  
ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho (exceto aprendiz, a partir de  
14 (quatorze) anos.

Em ..... de ..... de 2019

.....

Nome e assinatura do responsável (representante legal)

e carimbo da empresa



PREFEITURA DE ITAJAÍ  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI**  
Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001  
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47  
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



**ANEXO V**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2019**

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL**

**(A SER APRESENTADO FORA DOS DEMAIS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO)**

\_\_\_\_\_(nome da empresa), com sede na  
\_\_\_\_\_(endereço da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº  
\_\_\_\_\_, licitante no certame acima destacado, promovido pelo  
essa Instituto de Previdência de Itajaí, declara, por meio de seu representante legal infra-  
assinado, R.G. nº \_\_\_\_\_, que se encontra em situação regular perante  
as Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, a Seguridade Social, bem como atende a  
todas as demais exigências de habilitação constantes do Edital próprio.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante



**ANEXO VI**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2019**

**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

**(papel timbrado da empresa)**

Para fins de participação no **PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2019**, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador da cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da lei, que **NÃO** está cumprindo penalidades de Inidoneidade, Suspensão ou Impedimento, não pesando contra si Declaração de Inidoneidade expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do Artigo 87, inciso IV e Artigo 88, inciso III da Lei 8666/93 em atendimento ao Artigo 97 da referida Lei para Licitar ou Contratar com a Administração Pública.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura; nome completo do representante legal da licitante e carimbo com CNPJ.)



**ANEXO VII**

**MINUTA DO CONTRATO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2019**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_\_/2019**

**Processo Administrativo nº293/19/ADM**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, FIRMADO ENTRE O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ E EMPRESA \_\_\_\_\_, mediante as cláusulas e condições seguintes:**

O **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Av. Getúlio Vargas, 193, Bairro Vila Operária, Itajaí, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob nº 04.984.818/001-47 neste ato representado por sua Diretoria Executiva infra-assinados, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (a) diretor (a), o Senhor (a) \_\_\_\_\_ (ou representante legal), inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e têm entre si ajustado o presente **CONTRATO**, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições no edital de **Pregão Presencial nº 002/2019**, pelos termos da proposta da Contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O presente instrumento tem por objeto a contratação da empresa acima qualificada para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO**, junto ao Instituto de Previdência de Itajaí, conforme as condições fixadas no edital Pregão Presencial nº 002/2019 e seus anexos, os quais são parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos.

**Parágrafo Único** – Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, a forma e as condições dos serviços a serem prestados pela **CONTRATADA**, nos termos expressos no edital de **Pregão Presencial nº 002/2019**, juntamente com seus anexos e a proposta da **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Regime de Execução**

A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma de execução indireta (Art. 6º, VIII, da Lei 8.666/93), em regime de empreitada por preço global (Art. 6º, VIII, a, da Lei 8.666/93).

**CLÁUSULA TERCEIRA – Preço**

O preço global fixo para execução deste contrato é, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), representando preço mensal de R\$ ..... (\_\_\_\_\_ ) para os serviços contratados.

**Parágrafo Único** – Os valores descritos acima abrangem o pagamento necessário à totalidade da prestação dos serviços previstos no edital **Pregão Presencial nº 002/2019**.



#### **CLÁUSULA QUARTA – Forma de pagamento**

1- O pagamento pela prestação do serviço realizado será efetuado até o décimo quinto (15º) dia do mês subsequente ao do serviço executado, sendo o primeiro pagamento proporcional ao início do serviço.

2- O **CONTRATANTE** isenta-se do pagamento de correções monetárias nos casos em que a **CONTRATADA** não cumprir com suas obrigações sociais.

3- Os pagamentos serão suspensos no caso de descumprimento das cláusulas contratuais, ficando a **CONTRATADA** sujeita às sanções administrativas de acordo com a legislação vigente.

4- Não haverá sob nenhuma hipótese pagamento antecipado.

5- A **CONTRATADA** deverá apresentar documentação de cobrança, obrigatoriamente na sede do **CONTRATANTE**, com o valor expresso em moeda corrente nacional, mediante a emissão de Nota Fiscal, observada as exigências da legislação tributária.

6- A **CONTRATADA** deverá indicar, no documento de cobrança, o número do contrato, com a respectiva data de assinatura, o mês de referência, para efeito de mensuração dos valores a serem pagos, o valor da parcela correspondente e a data de vencimento.

7- Os pagamentos serão suspensos caso a **CONTRATADA** não esteja em dia com suas obrigações sociais e ou, caso não cumpra as condições contratuais.

8- Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto houver pendências de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9- Em caso de pagamento após o vencimento ou não pagamento de qualquer valor devido pelo Instituto de Previdência de Itajaí à licitante vencedora em virtude do instrumento contratual, sobre o valor pendente incidirá correção monetária pelo índice IPCA ou, em caso de extinção, pelo outro índice que venha a substituí-lo.

#### **CLÁUSULA QUINTA – Prazo**

A vigência do presente contrato será a partir da assinatura deste instrumento, pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado na forma da lei e por termo aditivo assinado pelas partes.

**Parágrafo Único** – O prazo do presente contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 57, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA SEXTA – Reajuste e atualização financeira**

1 – Os preços deste contrato serão reajustados anualmente, na data de seu aniversário pela variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, registrado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

2 - Em caso de extinção do IPCA, a atualização monetária será realizada adotando-se o índice que o substituir ou, em não havendo substituto, por índice equivalente instituído pelo IBGE ou FGV - Fundação Getúlio Vargas.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – Dotação Orçamentária**



As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta da seguinte dotação: **201-28.28028.4.122.1.2.192.0.339000**.

#### **CLÁUSULA OITAVA – Direitos e Responsabilidades das Partes**

Constituem direitos do **CONTRATANTE** receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e da **CONTRATADA** perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

##### **Parágrafo Primeiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:**

1- A **CONTRATADA** deverá, obrigatoriamente, obedecer na íntegra aos critérios e especificações contidas no anexo I do Edital Pregão Presencial nº 002/2019;

2- Responder por todas as despesas referentes às obrigações trabalhistas, previdenciárias, físicas, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, saúde, transporte, uniformes ou outros benefícios de qualquer natureza decorrentes da relação de emprego ou de trabalho, do pessoal que for designado para a execução dos serviços contratados;

3- Manter os seus colaboradores sujeitos às normas disciplinares do **CONTRATANTE**, quando estiverem prestando serviços nas instalações deste, porém sem qualquer vínculo empregatício com o mesmo;

4- Respeitar o horário de expediente do **CONTRATANTE**, suas normas e procedimentos de controle e acesso às suas dependências;

5- Manter seus colaboradores devidamente uniformizados, quando em trabalho no **CONTRATANTE**, Substituir quando exigido pelo **CONTRATANTE**, qualquer colaborador cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatória a sua disciplina, até 24 (vinte e quatro) horas da notificação;

6- Responder pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo **CONTRATANTE**;

7- Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do **CONTRATANTE**, quando esses tenham sido ocasionados por seus colaboradores durante a prestação dos serviços;

8- Arcar com despesas decorrentes de quaisquer infrações, seja ela qual for, desde que praticada por seus colaboradores no recinto do **CONTRATANTE**;

9- Zelar pela perfeita execução do contrato, devendo as falhas que por ventura venham a ocorrer serem sanadas com agilidade, a fim de que não tragam prejuízos ao **CONTRATANTE**;

10- Fornecer, na forma solicitada, demonstrativo das falhas ocorridas;

11- Comunicar ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

12- Manter em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de licitação durante toda a execução do contrato;



13- Entregar o objeto deste contrato nas mesmas condições de garantia, preço e prazo ofertados na proposta apresentada;

14- Apresentar a Nota Fiscal referente ao produto/serviço fornecido, ao fiscal do contrato;

15- Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento prévio e por escrito do **CONTRATANTE**;

16 – Não utilizar o nome do **CONTRATANTE**, ou sua qualidade de **CONTRATADA**, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sob pena de rescisão de contrato;

17- Não oferecer o contrato em garantia de operações de crédito bancário;

18- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE**;

19 - Assumir inteira e total responsabilidade por todos os custos e despesas referentes aos serviços fornecidos, incluindo todo e qualquer tributo, bem como por todas as eventuais obrigações, encargos de natureza trabalhista, tributária, previdenciária, social, acidentária, securitária, e demais despesas e obrigações que direta ou indiretamente decorram da execução do objeto desta licitação;

20 - Não transferir a outrem, a qualquer título, no todo ou em parte, a execução do objeto da presente licitação;

21 - A **CONTRATADA** se obriga a prestar os serviços de acordo com as especificações e dentro do prazo estipulado pelo **CONTRATANTE**;

22 - Refazer os serviços, quando verificado e notificado pela fiscalização do **CONTRATANTE** qualquer vício na sua prestação que lhe diminua a eficácia;

23 - Manter sempre em serviço um supervisor credenciado e preparado para responder prontamente pela licitante vencedora junto ao **CONTRATANTE**;

24- Fornecer nota fiscal ou documento equivalente dos serviços prestados;

25 - Responsabilizar-se, civil, administrativa e criminalmente, por todos os atos de seus profissionais e prepostos.

26 – Respeitar o piso salarial e condições estabelecidas em acordo coletivo da categoria, estipulado pelo Sindicato correspondente;

27 – Prestar os serviços por meio de mão de obra especializada e devidamente qualificada, de acordo com a legislação em vigor, necessária e indispensável à execução dos serviços contratados;

28- A licitante vencedora obriga-se a executar os serviços mencionados contratados, segundo as normas técnicas adequadas, fornecendo os equipamentos, mão de obra e demais elementos necessários a sua perfeita execução.

**Parágrafo Segundo – Constituem obrigações da CONTRATANTE:**



- 1- Informar a **CONTRATADA** quais os procedimentos para execução dos serviços;
- 2- Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços e métodos utilizados na execução dos serviços;
- 3- Prestar as informações e esclarecimentos necessários ao desenvolvimento do objeto contratado;
- 4- Relacionar-se com a **CONTRATADA**, por meio de pessoa por ela formalmente indicada;
- 5- Assegurar o acesso dos funcionários da **CONTRATADA** aos locais onde devam executar suas atividades;
- 6- Exercer a fiscalização dos serviços contratados;
- 7- Recusar qualquer profissional apresentado pela **CONTRATADA** que não preencha as condições exigidas e necessárias para o bom desempenho do serviço;
- 8- Manter na área fiscalizadora do contrato, registros próprios relacionados à execução dos serviços;
- 9- Realizar reuniões com a **CONTRATADA** visando aperfeiçoar a prestação dos serviços;
- 10- Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do contrato, podendo aplicar as penalidades previstas na legislação vigente;
- 11- Atestar o recebimento do objeto contratual por meio do Fiscal competente;
- 12- Será nomeado fiscal do contrato, que será responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado, devendo fazer anotações e registro de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas e defeitos observados para o fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas e atestar o recebimento do objeto.
- 13- Notificar a **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.
- 14- Proporcionar à **CONTRATADA** todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do contrato firmado.

À **CONTRATANTE** fica assegurada a prerrogativa de modificar, unilateralmente, o presente contrato, a fim de adequá-lo às finalidades de interesse público, devendo ser fundamentada tal decisão pela autoridade competente.

#### **CLÁUSULA NONA – Sanções Administrativas para o Caso de Inadimplemento Contratual**

- 1 - A inexecução total ou parcial do contrato terá procedimentos e consequências, na forma estabelecida na Seção V - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos - Capítulo III, da Lei n.º 8.666/93.
- 2 - O contrato poderá sofrer alterações na forma estabelecida na Seção III - Da Alteração dos Contratos - Capítulo III, da Lei n.º 8.666/93.



PREFEITURA DE ITAJAÍ  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI**

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001  
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47  
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



3 - O atraso injustificado na execução do contrato, assim como a sua inexecução total ou parcial, sujeitará a **CONTRATADA** às sanções administrativas na forma prevista na Seção II - Das Sanções Administrativas - Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/93, ficando desde já estabelecidas as multas previstas no Edital.

4 - O **CONTRATANTE** aplicará à **CONTRATADA**, ainda, as penalidades previstas no Edital Pregão Presencial nº 002/2019 e as previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, em caso de inexecução total ou parcial do objeto ou contrato resultante deste processo:

4.1- Advertência por escrito;

4.2 - Multa de 0,5 % (meio por cento) do valor da proposta para cada dia ou fração de atraso do fornecimento do objeto licitado.

4.3 - Multa de 10% (dez por cento) sobre valor adjudicado, por inexecução total do serviço ou desistência da execução do contrato.

4.4 - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato atualizado pela execução do serviço desconforme com o especificado e aceito;

4.5 - 1,0 % (um por cento) do valor do contrato atualizado pela não substituição dos serviços recusados por este, no prazo estipulado, até o limite de 10% (dez por cento);

4.6 - 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor total da proposta limitado a 10% (dez por cento) do valor contratual atualizado, pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste contrato.

4.7- Sem prejuízo das sanções disposta nos itens anteriores desta mesma cláusula, a recusa, injustificada ou cuja justificativa não seja aceita pela licitante vencedora, em retirar a Nota de Empenho de Despesa será interpretada como ruptura de contrato e sujeitará a licitante vencedora ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

4.8 - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos. As multas referidas nesta cláusula serão deduzidas por ocasião do pagamento da nota fiscal respectiva.

4.9- As pessoas físicas e jurídicas, bem como seus diretores, sócios gerentes e controladores declarados impedidos de licitar e contratar com a administração pública municipal, serão incluídas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar, nos termos da Lei Municipal 5.670 de 20 de dezembro de 2010.

4.10 As partes declaram conhecer as normas de prevenção a corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas a lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e seus regulamentos (Decreto Municipal nº 11.063/2017), se comprometem por si e seus sócios, administradores, gestores, prepostos, empregados e colaboradores, inclusive exigir de terceiros contratados, no exercício e durante a vigência do contrato firmado com o Instituto de Previdência de Itajaí, para a adoção de práticas probas e de anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de fraude, práticas ilícitas, corrupção, enriquecimento ilícito, lavagem de dinheiro, bem como práticas antiéticas listadas em lei, como a de não dar, oferecer, prometer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou pessoas a eles relacionadas ou



PREFEITURA DE ITAJAÍ  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI**

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001  
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47  
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



ainda quaisquer pessoas, empresas e/ou entidades privadas com o objetivo de obtenção de vantagem indevida, fraudulenta e irregular, manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente.

**CLÁUSULA DÉCIMA – Legislação Aplicável**

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Casos Omissos**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Foro**

Fica eleito o foro da Comarca de Itajaí para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Itajaí, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Representantes do **CONTRATANTE:**

**JANE DE FÁTIMA GOMES  
FURTADO**

Diretora Administrativa

**JEAN POLIDORO**

Diretor Financeiro

**MARIA ELISABETH  
BITTENCOURT**

Diretora Presidente

Representante da **CONTRATADA:**

Testemunhas:

Assinatura

Nome:

CPF:

Assinatura

Nome:

CPF: